

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 08 - Pensamento Social

Nomeando o novo: usos e disputas do termo “autoritarismo” no pensamento político
brasileiro (1973-1980)

João Marcelo Lima Barra¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende explicitar o processo de pesquisa que procurou mapear os usos do conceito “autoritarismo” na, nascente, ciência política brasileira entre 1973 e 1980. A investigação procurou analisar a recepção do termo no Brasil, a circulação das obras e dos intelectuais e, especialmente, os usos da categoria “autoritarismo” e sua relação com o contexto mais amplo das ciências sociais da época.

Passados alguns anos do golpe militar a repressão mais intensa aos centros de pesquisa havia diminuído, inclusive constituindo-se uma política, de certa forma, incentivadora da produção acadêmica. Além disso, o cenário econômico e político da época havia contradito algumas das interpretações dos sentidos do regime instalado em 1964, especialmente as de Celso Furtado (1979 [1967]) e Hélio Jaguaribe (1979 [1967]), que afirmavam que suas tendências seriam fascistas e estagnacionistas.

É nesse período que a ciência política é institucionalizada no Brasil, especialmente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), com o corpo docente composto amplamente por pesquisadores que

¹Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisa financiada pelo PIBIC/CNPq.
Email: joaombarra@usp.br

se doutoraram nos Estados Unidos com bolsas da Fundação Ford (Forjaz, 1997; Keinert; Silva, 2010).

O arcabouço teórico americano combinado com a necessidade de se diferenciar da sociologia, legitimando a nova disciplina no campo acadêmico, fez com que o Estado ganhasse crescente importância e autonomia nas análises. É importante, no entanto, ressaltar que ao se afirmar a crescente importância do Estado não se usava uma metodologia única, próxima ao que conhecemos hoje como neoinstitucionalismo (Limongi, Almeida, Freitas, 2016), havendo diversas correntes como a sociologia histórica e a teoria do desenvolvimento político.

Considerando o contexto acadêmico mencionado acima, escolhemos focar nossa pesquisa em dois periódicos que consideramos os mais representativos do campo da época, *Dados*, publicado pelo IUPERJ, e *Estudos CEBRAP*. A proeminência das revistas pode ser comprovada em textos da época como a introdução a *Estado Autoritário e Movimentos Populares* (1979) de Paulo Sérgio Pinheiro que classificava as revistas como uma das poucas exceções em um cenário ou de fechamento dos periódicos ou de completa submissão ao regime (Pinheiro, 1979, p.14)². Como explicitamos ao longo do relatório, a revista *Dados* possuiu uma discussão mais abrangente a respeito do tema, enquanto a *Estudos CEBRAP* possuiu debate mais esparso e com menos autores.

Ao longo da pesquisa procuramos investigar o processo de chegada e recepção do termo no Brasil, sua circulação nos meios acadêmicos e, especialmente, seus usos. Será a partir desses elementos: recepção, circulação e uso que procuraremos analisar o termo autoritarismo.

A pesquisa teve, inicialmente, um caráter exploratório, com o objetivo de mapear os diferentes usos do termo “autoritarismo” na bibliografia analisada. A partir da análise foi possível encontrar uma distinção: aqueles que compreendiam que o autoritarismo no Brasil era fruto do processo histórico de longa duração e aqueles que viam como um processo político específico do período e contingente. As duas vertentes guardam certa relação com aportes teóricos chegados dos EUA naquele período: a sociologia histórica e o

² Além disso, as revistas e seus artigos também foram comumente assunto de jornais de grande circulação da época como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*. Mostrando que as revistas também possuíam circulação para além da academia.

institucionalismo. Esse caminho foi especialmente frutífero por apontar não só para diferentes formas de compreender o autoritarismo, mas também a democracia.

A pesquisa procura se situar em uma lacuna da bibliografia a respeito do período de institucionalização da Ciência Política, que é a pouca atenção às obras publicadas pelos autores no período, com foco quase exclusivo em aspectos institucionais da disciplina. Acreditamos já terem sido feitas interessantes contribuições nesse sentido, como as de Renato Lessa (2011) e Christian Lynch (2017).

Outro desafio da pesquisa foi pensar até que medida autoritarismo pode ser considerado um conceito político básico, como propuseram como hipótese Bernardo Ricupero e Leonardo Belinelli (2024). Para Reinhart Koselleck (2011), um conceito político básico seria aquele indispensável para o debate, sem o qual não se poderiam produzir formulações políticas, guardando, por conta disso, forte sentido polissêmico. Não procuramos dar uma resposta categórica para a hipótese, mas sim, a partir do material empírico levantado, pensar até que medida ela é válida.

A incorporação do termo “autoritarismo” no debate brasileiro, a partir dos anos 1970, esteve vinculada à circulação de diferentes correntes da ciência política norte-americana, em especial às formulações de Juan Linz. Sua definição de regime autoritário, que centralizava o elemento desmobilizador do regime e anti-democrático, ganhou projeção e foi trazida ao Brasil por meio do seminário *Authoritarian Brazil* e do encontro na UNICAMP (1975), que reuniram nomes como Fernando Henrique Cardoso, Wanderley Guilherme dos Santos e Francisco Weffort. Esses eventos marcaram o início de uma interlocução direta entre Linz e os cientistas políticos brasileiros, que não apenas receberam suas ideias, mas as debateram e criticaram à luz da realidade do país sob a ditadura, transformando a recepção em um processo ativo de disputa teórica.

Ao mesmo tempo, outra via de chegada de reflexões sobre o autoritarismo se deu pela sociologia histórica norte-americana, cujo principal expoente foi Barrington Moore Jr. Essa vertente, desenvolvida nos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970, propunha compreender os regimes políticos a partir de trajetórias históricas de classe e de formação do Estado, em contraste com a ênfase institucionalista de Linz. Pesquisadores brasileiros que cursaram o doutorado nos EUA, como Simon Schwartzman, Otávio Velho, Alexandre Barros e Elisa Reis, incorporaram elementos dessa abordagem, articulando o processo de

modernização e as formas autoritárias do Estado brasileiro. Ainda que Moore não tenha formulado um conceito sistemático de autoritarismo, muitas vezes aparecendo como um sinônimo de totalitarismo, sua influência foi decisiva para estruturar uma leitura histórica e social do fenômeno.

A análise das citações presentes nos artigos publicados na *Dados* mostra que autores nacionais, como Cardoso, Santos, Lamounier e Schwartzman, foram mais centrais no debate do que os estrangeiros, evidenciando uma apropriação autônoma e crítica das referências teóricas vindas de fora. Com esses autores funcionando como mediadores entre as formulações estrangeiras e o debate nacional. Assim, a circulação do conceito “autoritarismo” no Brasil ocorreu em um movimento de mão dupla: de recepção e reelaboração, no qual os cientistas políticos brasileiros reinterpretaram as categorias externas para compreender o regime e a experiência autoritária brasileira dos anos 1970.

2. As Revistas *Dados e Estudos CEBRAP*

A primeira revista trabalhada por nós foi a *Dados*. Periódico do IUPERJ, centro pioneiro em Ciência Política na época, teve grande centralidade no debate do período publicando um grande número de artigos de autores do centro e externos a ele que debateram a questão do autoritarismo. No período estudado os números da revista possuíam em média sete artigos, fora eventuais dossiês, sendo, a partir de 1976, publicada em periodicidade quadrimestral. Excetuando-se edições especiais, algumas das quais abordaremos abaixo, a revista não publicava editoriais, sendo composta apenas de artigos.

Nos artigos, constatamos uma divisão de três tipos de artigos que abordam o problema do autoritarismo. A primeira é que trata de estudos históricos. Os artigos dessa linha, inseridos no momento mais amplo da sociologia histórica internacional, pensam o autoritarismo no Brasil como consequência do processo de formação do Estado e/ou do capitalismo brasileiro. Assim, a concepção do autoritarismo é como um contínuo na história política e não como um evento contingente.

É importante ressaltar que as análises históricas do autoritarismo não são homogêneas entre si. Pode-se dizer que há trabalhos, mais próximos do marxismo, que colocam no tipo de modernização econômica do país a raiz do autoritarismo. Por outro lado, há análises como

viés mais político, que pensam a centralidade do desenvolvimento do Estado e na formação das elites.

Exemplos de análises históricas seriam, em uma chave marxista, a formulação de Otávio Velho (1976) que, inspirado em sua tese de doutorado, vê a chave pra compreender o autoritarismo no Brasil no processo de modernização capitalista, que havia gerado um “capitalismo autoritário”. Assim, Velho inaugurou um conjunto de artigos que via no processo de modernização brasileiro a origem do presente autoritário vivido pelos pesquisadores. Em abordagem similar, César Guimarães, professor do IUPERJ, publicou no ano seguinte artigo intitulado “Empresariado, Tipos de Capitalismo e Ordem Política” (1977). O cientista político argumenta, a partir de Max Weber, que existem diferentes formas de capitalismo que guardam afinidades eletivas com determinados regimes políticos. No Brasil, o capitalismo não teria sido implementado como nos países centrais, em que os grupos empresariais governam a partir apenas de sua influência. Aqui o empresariado e o Estado estariam ligados a partir do corporativismo e de anéis burocráticos, conceito de Fernando Henrique Cardoso (1975) usado criticamente pelo autor. Essa forma de capitalismo, em que o Estado é capturado por interesses privados, guardaria forte afinidade eletiva com o autoritarismo. Ou seja, na análise de Guimarães o autoritarismo também surgiria da forma do capitalismo brasileiro.

Em uma chave politicista, mas ainda histórica, estava a interpretação de Simon Schwartzman (1977) que via o autoritarismo como consequência das relações entre o Estado e a sociedade, a relação de cooptação do primeiro pelo segundo e as clivagens regionais. Outro artigo com uma explicação alternativa para o autoritarismo é o do professor do IUPERJ Alexandre de Barros “A Formação das Elites e a Continuação da Construção do Estado Nacional Brasileiro” (1977). O cientista político propõem, a partir de Charles Tilly, pensar a tarefa da construção do Estado nacional da ação das elites. No caso brasileiro, por conta de características próprias, as elites militares seriam muito mais homogêneas do que as civis, dispersas por conta de uma baixa qualidade do ensino superior no país. Assim, o autoritarismo seria favorecido na história brasileira pela fraqueza dos civis na construção do Estado nacional.

A segunda linha identificada foi a dos estudos institucionais. Aqui não se trata de pensar “como surge o autoritarismo?” mas sim “como opera o autoritarismo?”. Ou seja, o foco era pensar nas relações entre atores e instituições em um contexto de regime autoritário,

sem pensar necessariamente na formação social que permitiu o autoritarismo. Pode-se dizer que a concepção de regimes políticos desses artigos os pensa como consequências das interações de atores em determinadas conjunturas, e não como processos de longa duração. Embora não sejam análises “neoinstitucionalistas”, como conhecemos hoje, há certas proximidades entre esses estudos e os contemporâneos, especialmente na centralidade das instituições e seus atores.

Aqui pode-se dizer que não há grandes interpretações a respeito do regime, havendo pesquisas de médio alcance que procuravam compreender diferentes aspectos institucionais dele, como as elites políticas (Bahia, 1978; Nunes, 1978) e a legislação (Klein, 1973). Nesse sentido, a comparação entre esses aspectos de regimes autoritários e os do regime democrático vivenciado até 1964 procuram apontar uma diferenciação mais ou menos rígida entre a democracia e o autoritarismo, algo também pouco presente nos artigos da categorias anterior. Podendo inclusive dizer que “autoritarismo” passa a existir como um contra conceito de “democracia”, ou seja, marcando uma relação antitética.

É interessante apontar que os usos do conceito eram pouco desenvolvidos, sem explicações a respeito do significado de uma “ordem autoritária” (Bahia, 1978). Pode-se dizer que o conceito passa a adquirir uma “fraqueza”, referindo-se ao uso por vezes vago usado pelos autores, mas que na prática constitui-se na sua força, sendo um referente geral e inteligível para uma ordem não democrática.

A última categoria identificada foram as dos debates a respeito da própria ciência política. Ela é especialmente interessante por se referir a artigos de balanço ou debate a respeito dos rumos da ciência política no Brasil. Com a institucionalização da disciplina ainda em estágio precoce os artigos procuram reconstruir a trajetória da área, discutindo seus acertos e erros e disputando, não só a ciência política, mas também os sentidos do autoritarismo e da democracia.

Um desses artigos foi de Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso intitulado “A Bibliografia de Ciência Política Sobre o Brasil (1949-1974)” (1977). Originalmente escrito para o Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, o texto procura reconstruir a trajetória dos textos políticos no país. Muito embora o texto leva em seu título o nome da disciplina, menciona-se um grande número de economistas e sociólogos na bibliografia, o que dá uma noção de que o campo era interdisciplinar e com fronteiras ainda não tão bem definidas. O

ponto mais interessante do artigo é o que os autores compreendem como o momento fundador da disciplina: as obras de Victor Nunes Leal e Oliveira Vianna. Esse momento não apenas fundaria a área mas também uma divisão nos estudos político marcada por um lado por estudos que viam o Brasil a partir da inorganicidade das instituições e da amorfização da sociedade, próximas de Oliveira Vianna, e outra que, embora mostrasse as profundas raízes do autoritarismo no país, viam possibilidades de mudança, como Victor Nunes Leal. Se filiando a última corrente, os autores defendem uma forma de analisar a política que privilegie a contingência dos fatos políticos. Esse aspecto é especialmente importante considerando a militância dos autores pela democratização, afirmando não apenas na prática política mas também na produção intelectual a possibilidade de vitória sob o autoritarismo.

Outros artigos de Fabio Wanderley Reis (1980), Wanderley Guilherme dos Santos (1980) e Bolívar Lamounier (1980) também publicados na *Dados* procuram fazer revisões críticas da ciência política à luz do autoritarismo, fazendo usos, por vezes inusitados do conceito. Reis (1980), por exemplo, propõem que a ciência política passa por dois grandes entraves: o autoritarismo político, fruto do regime militar, e o autoritarismo intelectual, vindo do marxismo.

O que os textos expostos acima mostram, mas também outros que pela limitação de espaço não será possível apresentar, é que o autoritarismo era visto, pelos próprios atores da época, como um elemento indissociável da ciência política.

Na revista Estudos CEBRAP, por conta do número menor de artigos, não foi possível realizar categorizações. A revista do CEBRAP era consideravelmente mais multidisciplinar que a *Dados*, publicando diversos artigos que fugiam do escopo da sociologia e da ciência política.

Embora o número de artigos que debatem o tema seja consideravelmente menor, muito por conta da maior diversidade do periódico, os artigos da revista mostram maior preocupação teórica. Aqui se destacam artigos de Bolívar Lamounier (1974) que debate com Juan Linz, defendendo o caráter ideológico dos regimes autoritários, e de Fernando Henrique Cardoso (1974, 1980) debatendo tanto contra aqueles que defendem a caracterização da Ditadura Militar Brasileira como fascista quanto as próprias limitações do “termo” autoritarismo.

Os artigos de Fernando Henrique Cardoso publicados na revista que versam sobre o problema do autoritarismo são de momentos diferentes da trajetória do intelectual e líder

acadêmico do centro e mostram também momentos diferentes de compreensão do problema do autoritarismo. Eles são especialmente interessantes por mostrarem momentos diferentes da formulação do problema por parte de um dos seus principais difusores.

O primeiro artigo, publicado em 1974, com o título “As Tradições do Desenvolvimento-Associado”, que viria a ser o primeiro capítulo de *Autoritarismo e Democratização* (Cardoso, 1975), é um dos marcos de aplicação do conceito no Brasil. O texto original havia sido apresentado um ano antes em Berlin durante um congresso a respeito da sociologia do desenvolvimento. A partir da crítica direta a alguns interlocutores, especialmente os teóricos marxistas da dependência, Cardoso afirma categoricamente que o país não viveria um dilema entre socialismo e fascismo, com caminhos intermediários se delineando, notadamente o autoritarismo. A partir dos dinamismos econômicos da dependência associada e dos novos arranjos de classe surgidos à época, como a internacionalização da burguesia brasileira, estaria surgindo uma nova forma de regime político, que ele chama nesse momento de autoritário-burocrático, em aparente referência indireta a Guillermo O’Donnell. Dessa forma, em artigo de relevância e circulação significativa dada sua posterior veiculação em formato de livro, Cardoso demarca a diferença do autoritarismo para o fascismo, marcando sua especificidade, especialmente seu caráter burocrático e não mobilizatório, e sua conexão com os dinamismos econômicos do continente. Esse momento é especialmente interessante por demarcar um campo conceitual que “autoritarismo” existiria, sendo um fenômeno diferente do fascismo.

Já o artigo “Os Impasses do Regime Autoritário: O Caso Brasileiro” (Cardoso, 1980) é especialmente interessante por ser um texto da fase em que o intelectual já se converteu em um político profissional, com a candidatura ao senado em 1978. Trata-se de uma apresentação na reunião do Latin American Program do Wilson Center em Washington proferida em 1979 e publicada no ano seguinte. O texto inicia com um debate teórico com o autor mostrando que frequentemente o autoritarismo foi marcado por “confusão conceitual” (p.171), trazendo os críticos do termo como Florestan Fernandes, José Serra e Albert Hirschman. Esse trecho já aponta certo desconforto com a indeterminação do que o termo quer dizer. Mesmo com as críticas, Cardoso mantém o termo “burocrático-autoritário” como seu caminho para compreender o regime brasileiro, empreendendo uma reconstrução histórica desde 1964 até o ano em que profere a conferência. Ele compreende que o regime brasileiro tem sido marcado

por idas e vindas, com a distensão iniciada por Geisel em 1974 sendo fundamental uma tímida liberalização. No entanto, o autor também aponta, com certa decepção, que a sociedade civil não estava se mobilizando como em outros países para o fim do regime autoritário. Assim, o caminho para o país, sem a reativação esperada da sociedade civil, aparentava ser uma “democracia de elites” (p.190).

Os dois momentos apontados acima são interessantes por mostrarem inicialmente um entusiasmo com a categoria, aparecendo como alternativa explicativa para o problema, mas posteriormente aparecendo como uma categoria confusa, marcada pela indeterminação de seus usos. Separados por seis anos, os dois artigos são representativos do começo e do final do debate que analisamos, mostrando inicialmente a demarcação do campo conceitual de “autoritarismo” e posteriormente sua difusão extrema, passando a ter significados amplos e, para o autor, vagos.

3. Conclusão: O Conceito “autoritarismo”(?) e a Ciência Política na década de 1970

O foco da pesquisa foi reconstruir como a acepção contemporânea de “autoritarismo” chega ao Brasil, quais agentes a fazem circular e como os intelectuais se apropriam dela. O processo poderia ser caracterizado por uma espécie de “nacionalização” simultânea do termo “autoritarismo” mas também da ciência política. A sincronicidade de ambos os processos transparece nos textos, com características próprias da sociologia histórica, do desenvolvimento político e do institucionalismo aparecendo e moldando as compreensões do autoritarismo.

A conclusão principal a respeito dos usos de “autoritarismo” é a cisão entre o debate histórico e o institucionalista. O primeiro, com foco na longa duração e nas permanências históricas, caracterizaria o autoritarismo como uma consequência do processo de modernização político e social brasileiro, com esse argumento aparecendo de formas significativamente diversas nos diferentes autores. Um elemento unificador dessas análises seria a compreensão de que o autoritarismo seria um elemento constante do processo histórico brasileiro, não tendo surgido em 1964.

Já a corrente institucionalista privilegiaria o que o autoritarismo tem de próprio, notadamente seus mecanismos institucionais, realizando o que poderia se falar de uma “redescoberta das instituições” (Limongi, Almeida, Freitas, 2016). Nesse sentido, em

consonância com uma perspectiva ‘Linziana’ dos regimes políticos, o autoritarismo seria caracterizado por escolhas e interações entre atores e os mecanismos institucionais e dependeria pouco das bases sociais.

Uma contribuição que a pesquisa pode trazer para a área é a relativização da história da ciência política e sua relação com o neoinstitucionalismo. Fernando Limongi, Andréa Freitas e Maria Herminia Tavares de Almeida em “Da sociologia política ao(neo) institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil” (2016) apontam a chegada da teoria de Linz e, especialmente, a ação de Bolívar Lamounier como os grandes responsáveis pela difusão do arcabouço institucionalista na década de 1970.

O diagnóstico é válido, mas sua formulação como “ataque à fortaleza da sociologia política” (p. 63) pode ser nuançada. Se é certo que o institucionalismo alcançou posição hegemônica na disciplina, o processo histórico até essa consolidação não se deu como uma marcha irresistível sobre correntes rivais.

Nos parece que a forma mais frutífera de caracterizar Linz e Lamounier não seria necessariamente como difusores intencionais de um novo arcabouço teórico mas sim participantes de um debate mais amplo e portadores de concepções diversas de autoritarismo. Parece-nos que a ciência política da década de 1970 é caracterizada menos por um avanço do institucionalismo sobre as demais esferas mas sim pela recepção de diversas correntes vindas dos Estados Unidos e um debate relativamente aberto entre elas.

Que os autores disputavam os rumos da disciplina, especialmente seu objeto e seus métodos, é certo e procuramos evidenciar isso ao longo do texto. Nesse sentido, a seção a respeito dos artigos que debatem a ciência política na revista *Dados* é especialmente rica. Contudo, consideramos mais apropriado caracterizar esse processo como campo de tensões e disputas do que como mera substituição de uma tradição por outra. Tal esforço já se encontra presente em artigo de Renato Lessa (2011).

Quanto à questão do status de conceito básico ser aplicável a “autoritarismo” não podemos trazer uma resposta definitiva, mas pistas que possam contribuir com o avanço da questão. Para iniciar a discussão, inicialmente é necessário retomar o que seria um conceito e o que seria um conceito básico para Koselleck.

Um conceito se distingue de uma palavra de algumas formas. Inicialmente, deve-se apontar que uma palavra pode possuir um significado evidente, enquanto o conceito precisa

necessariamente ser ambíguo. Disso deriva-se que quando uma palavra se torna um conceito a integridade dos significados presentes nele passam a ser expressos em apenas um vocábulo (Koselleck, 2011, p. 19).

Já um conceito básico seria aquele que os diferentes grupos da sociedade veem como indispensável para expressar suas posições, experiências e interesses políticos (p.32). Em outras palavras, trata-se de um conceito sem o qual os debates e eventos políticos de um tempo tornam-se ininteligíveis.

Nesse sentido, seria precipitado afirmar que “autoritarismo” ocupa tal status sem uma investigação que ultrapassasse o âmbito acadêmico e examinasse sua apropriação por partidos, movimentos sociais, sindicatos e associações. Afinal, apenas quando todos os grupos recorrem a determinado termo é que se pode falar em conceito básico.

No entanto, há também evidências que apontam para a direção que o autoritarismo possa ser um conceito, mesmo que em uma categoria abaixo dos conceitos básicos. A pesquisa evidenciou que, no cenário restrito da ciência política brasileira, “autoritarismo” era indispensável para os autores expressarem suas experiências. Isso se mostra pelo impressionante gradiente de correntes e autores que procuraram analisar a experiência brasileira após 1964 a partir da definição “autoritarismo”.

Inclusive, o termo ganha um grau de difusão que até mesmo os críticos, notadamente Florestan Fernandes (1979 [2021]), necessitaram falar e discutir abertamente o tema. É na crítica implacável do líder da sociologia paulista a noção de autoritarismo que se encontra outro caminho em que poderia se afirmar o seu caráter conceitual. É possível que a imprecisão do termo, fortemente criticada por Fernandes, seja a força que ele possuiu na década de 1970, abarcando um conjunto de significados, experiências e temporalidades que o tornaram indispensável para debater a realidade brasileira.

Em resumo, compreende-se que “autoritarismo” foi, no período estudado, um termo polissêmico que teve fundamental importância no processo de interpretação do regime militar brasileiro e, em certa medida, da própria história brasileira. É interessante retornar a frase de Eiteto usada por Koselleck em seu famoso texto “História dos Conceitos e História Social”: “não são os fatos que abalam os homens, mas sim o que se escreve sobre eles” (Koselleck, 2006, p.97). A frase faz pensar a força que o termo possuía e, especialmente, a quem ele se

direcionava. Os usos de autoritarismo, através de seus diversos intérpretes, revelavam tentativas de interpretar o presente, reconstruir o passado e imaginar os futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Luis Henrique. Reforma Constitucional e Ordem Autoritária: Congresso Nacional na 8 Legislatura. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 83-109, 1978.
- BARROS, Alexandre de S. C.. A Formação das Elites e a Continuação da Construção do Estado Nacional Brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 101-122, 1977.
- BELINELLI, Leonardo; RICUPERO, Bernardo. O “autoritarismo” no pós-1964: as aventuras de um conceito?. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 89, p. e10712, 2024.
- CARDOSO, Fernando Henrique. As Tradições do Desenvolvimento-Associado. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 8, p. 42-75, 1974.
- _____. Os Impasses do regime Autoritário: o caso brasileiro. **Estudos CEBRAP**, n. 26, p. 170-194, 1980.
- FURTADO, Celso. Da república oligárquica ao Estado militar. Brasil: **Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FORJAZ, M. C. S.. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, p. 101–120, fev. 1997.
- FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- GUIMARÃES, Cesar. Empresariado, Tipos de Capitalismo e Ordem Política. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 34-47, 1977.
- JAGUARIBE, Hélio. Brasil: estabilidade social pelo colonial fascismo. Brasil: **Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KEINERT, F. C.; SILVA, D. P.. A gênese da ciência política Brasileira. **Tempo Social**, v. 22, n. 1, p. 79–98, jun. 2010.
- KLEIN, Lucia Maria Gomes. A Nova Ordem Legal e Suas Repercussões Sobre a Esfera Política. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 154-165, 1973.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. Introduction and Prefaces to the Geschichtliche Grundbegriffe. Translated by Michaela Richter. **Contributions to the History of Concepts**, v. 6, n. 1, 2011, p. 1-37. <https://doi.org/10.3167/choc.2011.060102>.

LAMOUNIER, Bolívar. Ideologia em regimes autoritários: uma crítica a Juan J. Linz. **Estudos CEBRAP**. N° 07, pp. 67-92, 1974

LESSA, Renato. O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. **Estudos Hum(E)Anos**, Belo Horizonte, n. 2, p. 3-31, 2011.

LIMONGI, Fernando; ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de; FREITAS, Andrea. Da Sociologia Política ao (Neo)Institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil. In: MILANI, Carlos; AVRITZER, Leonardo; BRAGA, Maria do Socorro (org.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2016. p. 61-92.

LYNCH, C. E. C. Entre a “Velha” e a “Nova” Ciência Política: Continuidade e Renovação Acadêmica na Primeira Década da Revista DADOS (1966-1976). **Dados**, v. 60, n. 3, p. 663–702, jul. 2017.

NUNES, Edson de Oliveira. Legislativo, Política e Recrutamento de Elites no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 53-78, 1978.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **O Estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. As Eleições e o Problema Institucional. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 164-210, 1977.

VELHO, Otávio. Modos de Desenvolvimento Capitalista, Campesinato e Fronteira em Movimento. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 15-32, 1976.

CHECKLIST PARA PAPER COMPLETO	
NORMAS	ASSINALAR COM “✓” OU “OK”
Logo do 14º SNS&P na primeira página	
Texto entre 12 e 15 páginas (excluindo capa e referências)	
Formato de papel A4	
Margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm	

Fonte Times New Roman, tamanho 12	
Recuo de 1,25 cm para a primeira linha de cada parágrafo	
Espaço entre linhas de 1,5	
Referências conforme normas o “Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT” [UFPR]: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73330 >	
Conversão do arquivo em .pdf	